



RTEP
REVISTA ISSN: 2316-1493
TURISMO
ESTUDOS & PRÁTICAS

**NAS VEREDAS DO PATRIMÔNIO: A ECONOMIA CRIATIVA E O
TURISMO COMO ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO E
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENTRO
HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA)**

*ON THE PATHS OF HERITAGE: THE CREATIVE ECONOMY AND TOURISM AS STRATEGIES
FOR VALUING AND CONSERVING CULTURAL HERITAGE IN THE HISTORIC CENTER OF
SÃO LUÍS (MA)*

Karoliny Diniz Carvalho¹
Almir Félix Batista de Oliveira²
Ricardo Lanzarini³

RESUMO: Analisam-se aqui as ações de estímulo à economia criativa e ao turismo no centro histórico de São Luís (MA), desenvolvidas pelo governo estadual e municipal em parceria com a iniciativa privada, a partir do ano de 2019 até o contexto atual. A metodologia consistiu na pesquisa bibliográfica e documental, realizadas entre os meses de novembro a dezembro de 2023. A pesquisa amparou-se em Le Goff (1996), Montero Graniela (2021), Cifelli e Peixoto (2012) e Ramos (2019), bem como no Portfólio das ações do Programa “Nosso Centro”. Sobressai-se o modelo de planejamento top-down, por meio de iniciativas que valorizam o patrimônio local, destacando os empreendimentos culturais envolvendo a comunidade. No entanto, constatou-se uma fraca participação dos moradores nas ações de educação patrimonial. desse modo a pesquisa aponta a necessidade de uma atuação compartilhada entre os atores sociais como via para a conservação do patrimônio cultural local. **Palavras-chave:** economia criativa; turismo cultural; centro histórico de São Luís (MA).

¹ Doutoranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR). Mestre em Cultura e Turismo (UESC/BA). Professora do curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/ São Bernardo). E-mail: karolinydiniz@gmail.com

² Graduado em Administração (UFPB), mestre em História (UFPE), doutor em História (PUC-SP). Atualmente é professor visitante do DETUR/PPGTUR/UFRN.

³ Doutor em Ciências Humanas (UFSC) com Pós-Doutorado em Lazer e Turismo (USP). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) e do Departamento de Turismo (DETUR) da UFRN. E-mail: ricardo.lanzarini@ufrn.br



ABSTRACT: The actions to stimulate the creative economy and tourism in the historic center of São Luís (MA), developed by the state and municipal governments in partnership with the private sector, from 2019 to the present, are analyzed in this paper. The methodology consisted of bibliographical and documentary research, carried out between November and December 2023. The research was based on Le Goff (1996), Montero Graniela (2021), Cifelli and Peixoto (2012) and Ramos (2019), as well as the Portfolio of actions of the "Nosso Centro" Program. The top-down planning model stands out, through initiatives that value local heritage, highlighting cultural ventures involving the community. However, there was little participation by residents in heritage education activities. The research points to the need for shared action between social actors as a way of conserving local cultural heritage. **Keywords:** creative economy; cultural tourism; historic center of Sao Luis (MA).

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, os discursos em prol do desenvolvimento social e econômico vêm ganhando novos contornos e direcionamentos face à crescente valorização do patrimônio cultural das comunidades. Os setores intrinsecamente relacionados à cultura, à criatividade e à inovação são postos em relevo nos programas e projetos de preservação do patrimônio cultural e compõem uma narrativa de transformação dos lugares em busca da elevação do seu potencial de atração por meio dos elementos que lhe conferem autenticidade e singularidade.

Os bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, representam a memória de determinados grupos sociais atualizada no presente, além de servirem como símbolos de distinção e de afirmação da diferença cultural. Paralelamente, o poder simbólico inerente ao patrimônio integra um imaginário social que estimula a busca pela fruição do passado por meio de práticas contemporâneas como, por exemplo, o turismo cultural.

Neste cenário, os centros históricos são reintegrados à dinâmica contemporânea e refuncionalizados por meio da promoção e da valorização de práticas culturais, dos novos usos associados ao acervo arquitetônico e da sua inserção no mercado de produção e consumo turísticos. Ressalta-se a dimensão simbólica, econômica e política da cultura, que passa a ser entendida como instrumento de inclusão social e do desenvolvimento em bases locais.

A partir do exposto, observa-se que, nas últimas décadas, muitas cidades brasileiras, tais como São Luís, capital do Estado do Maranhão, vêm passando por um processo de transformação dos seus significados, com novas formas de uso e apropriação cultural do espaço urbano, fato que resulta na valorização dos repertórios culturais por meio da economia criativa e do turismo cultural. Em 2019, por meio da institucionalização do Programa Nosso Centro, pelo Governo do Estado, as políticas de revitalização do centro histórico da cidade revestem-se de outra trama urbana, orientada pela economia do imaterial ou do simbólico, com novos fluxos de bens, serviços, mercadorias e intercâmbios culturais.

O objetivo do referido programa consiste em promover o uso sustentável do patrimônio cultural por meio da diversificação das atividades econômicas, dentre as quais se sobressai o turismo; fortalecer a identidade local através da valorização das práticas e manifestações culturais e apoiar os fazedores da cultura, estimulando a ação empreendedora e a cooperação público-privada. Dessa forma, o impulso aos setores criativos vem se desenhando no campo institucional e, ao atravessar a dinâmica daquele



espaço urbano, compõe um emaranhado de possibilidades e desafios em prol da valorização do patrimônio cultural.

O recorte do presente trabalho enfatiza as ações de valorização e conservação do patrimônio cultural no âmbito do Programa Nosso Centro (2019), desenvolvido pelo governo estadual e municipal em parceria com a iniciativa privada. O objetivo central desta pesquisa é investigar as iniciativas de fomento à economia criativa e ao turismo cultural, com vistas a compreender os seus efeitos na dinâmica das ações de preservação e de valorização do centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão. Em desdobramento alinham-se os seguintes objetivos específicos: i) refletir sobre os centros históricos a partir da noção contemporânea de patrimônio cultural; ii) identificar as ações de fomento à economia criativa e ao turismo cultural no centro histórico de São Luís e iii) discutir o alcance das iniciativas que relacionam turismo, economia criativa e a conservação e valorização do patrimônio cultural local.

Em face da natureza dos objetivos, optou-se por uma pesquisa com enfoque qualitativo, uma vez que neste tipo de abordagem “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Silva & Menezes, 2005, p. 20), possuindo ainda um caráter exploratório e descritivo. A coleta das informações se estruturou com o uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental.

A pesquisa se iniciou com o levantamento bibliográfico sobre as temáticas da economia criativa, turismo cultural e centros históricos. O mapeamento de publicações foi feito em portais como a *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e o Portal de periódicos Capes. Para esta pesquisa bibliográfica, foi realizada uma investigação, tanto na literatura nacional, como na internacional, por meio da seleção de artigos, dissertações e teses que possuíam maior aderência aos objetivos do estudo.

O quadro teórico da pesquisa contou com as contribuições de Le Goff (1996), Nora (1993), ao tratar das questões relacionadas à memória e sociedade; Fonseca (1997 e 2003), em relação à concepção contemporânea de patrimônio e sua relação com a construção das identidades culturais. Sobre a economia criativa e sua relação com as áreas patrimonializadas, o estudo amparou-se em Machado (2009) e Montero Graniela (2021). Na abordagem sobre o turismo cultural em centros históricos, Cifelli e Peixoto (2012) e Ramos (2019) constituíram os embasamentos teóricos.

A pesquisa documental, por sua vez, permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, o que favorece “[...] a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros” (Cellard, 2008, p.295). Optou-se, aqui, pela análise dos programas que tivessem uma relação direta com a economia criativa. Sendo assim, o *corpus* da pesquisa foi constituído pelo Decreto n.º 34.959 de 26 de junho de 2019 e pelo Portfólio das ações do Programa “Nosso Centro”, disponibilizados eletronicamente no Portal do Governo do Estado do Maranhão.

As informações obtidas a partir do levantamento das fontes bibliográficas e documentais foram sistematizadas, organizadas e analisadas, e relacionadas às categorias teóricas e às questões de interesse da pesquisa. Este procedimento se alinha à abordagem qualitativa, a qual busca obter por meio de inferências um panorama reflexivo e aproximativo em relação ao fenômeno estudado.

A pesquisa aponta algumas contribuições acerca da relação entre a economia criativa e o turismo em centros históricos, a partir de seu entrelace com as políticas públicas culturais e de viés turístico. Trata-se de uma temática que ganhou importância



nos debates sobre os setores criativos em nível internacional e nacional desde os anos 2000, mas que necessita de um quadro teórico-conceitual que avance em direção às propostas sólidas de conservação e valorização do patrimônio cultural.

REPERTÓRIOS CRIATIVOS: MEMÓRIA E TURISMO CULTURAL NA DINÂMICA DOS CENTROS HISTÓRICOS

O conceito de patrimônio cultural abrange diversos significados que articulam à forma com que os diferentes grupos sociais se relacionam com o seu passado e com os elementos materiais e intangíveis que instituem e singularizam a sua vivência cotidiana. Acompanhando as transformações operadas nos diversos campos da realidade social, o seu conceito foi ampliado, comportando não apenas os bens culturais de valores excepcionais e dignos de preservação por remeterem a uma memória e história institucionalizadas – casarões, palácios, igrejas, obras de arte, fortes –, mas também às práticas culturais – festas, ritos, danças sagradas e profanas, celebrações, formas de sociabilidade diversas – que alicerçam as experiências dos grupos em sociedade: “Os patrimônios são constituídos a partir de processos de produção, apropriação, seleção e reelaboração simbólicas enquanto práticas sociais” (Fonseca, 1997, p. 28).

O campo de abrangência do patrimônio cultural é complexo e diversificado, englobando as produções materiais e imateriais, passadas e presentes, os modos de vida, as práticas e as manifestações culturais que particularizam uma determinada sociedade (Fonseca, 2003). Trata-se do conjunto de elementos que, dotados de uma carga afetiva e emocional, evocam um determinado contexto espaço-temporal e uma memória específica ressignificados no presente. O patrimônio cultural também é apreendido como elo de continuidade entre os grupos sociais e um passado comum, contribuindo para a reconstrução e para o fortalecimento da memória e da identidade cultural.

No que concerne à memória, Le Goff (1996, p. 366) assinala a sua função cognitiva, afetiva e, ao mesmo tempo, social: “[...] como propriedade de conservar certas informações, [a memória] remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas graças às quais o homem pode atualizar as impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” Nesta conceituação, a memória não se refere somente à capacidade humana de reter informações, mas se constitui em um processo permanente de seleção e interpretação de determinadas lembranças e de acontecimentos passados. Pode-se afirmar, então, que a memória de um determinado contexto obedece a um processo de atualização ou releitura no presente, uma vez que ela é reelaborada a partir dos valores contemporâneos e das subjetividades dos grupos sociais.

Acompanhando este pensamento, Pierre Nora (1993) assinala que a memória está em permanente processo de evolução, sujeita à dialética da lembrança/esquecimento. Em vista disso, compreende-se que a memória é um fenômeno social dinâmico e aberto às constantes flutuações e mudanças. Ela implica seleções e escolhas, mais ou menos arbitrárias, do que deve permanecer e do que deve ser obliterado. Paralelamente, a releitura dos acontecimentos, fatos e lembranças individuais só faz sentido se estiver relacionada à sociedade, uma vez que a memória é dinâmica e relacional, associada às vivências do grupo.

A constatação de que a memória é ao mesmo tempo individual e coletiva é discutida por Halbwachs (2013), considerando que o mecanismo de rememoração é possível por meio do entrelaçamento entre as memórias individuais e os contextos históricos e sociais. A existência de uma memória individual perpassa a existência dos grupos sociais, constituindo a denominada memória coletiva.



Em diálogo com estes autores, adota-se a ideia de que a memória é uma construção social, depositária de valores culturais estruturantes das práticas sociais e da dinâmica socialmente compartilhada, não podendo ser entendida de forma descontextualizada, mas de modo relacional. A memória contribui também para os processos de identificação cultural.

As categorias memória e patrimônio estão intrinsecamente relacionadas, uma vez que ambas, quando acionadas, aludem às reminiscências que conferem aos grupos sociais o sentido de pertencimento a uma determinada cultura e sociedade. A memória está relacionada intimamente às experiências em sociedade, sofrendo reelaborações no presente como fio condutor das tramas de relações que envolvem as subjetividades dos diferentes grupos sociais. A “[...] memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 1996, p. 476).

O patrimônio cultural, por sua vez, oferece aos grupos sociais a possibilidade de perceberem a sua origem e a dos seus familiares e antepassados, ou seja, o patrimônio como representação da memória vincula os indivíduos às experiências pessoais marcantes e indelévels que caracterizam a sua trajetória de vida. Além disto, destaca-se que as vivências patrimoniais estão conectadas aos lugares cotidianos, de existência e de resistência, considerando que a própria cidade é palco e produtora das relações sociais.

A cidade é, portanto, o *locus* privilegiado de construção e reconstrução das práticas sociais, revestida por múltiplas e complexas funções: administrativas, comerciais, políticas, culturais e turísticas; ela é tecida por materialidade e imaterialidade, revelando marcas sobrepostas de diferentes temporalidades, seja no traçado das ruas, na arquitetura, seja na cadência das atividades cotidianas, nos lugares de lazer, nos lugares de saber-fazer. Conforme assinala Pesavento (2007, p.14), é importante compreender que a cidade é sociabilidade, uma vez que “ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos”. Desse modo, não se pode pensar a cidade sem incluir o elemento subjetivo, os sentidos e os valores sociais que ela acumula ao longo do seu desenvolvimento.

Neste contexto, existe uma ligação entre a coletividade e o lugar, na qual os saberes e fazeres comunitários são apreendidos e reconfigurados de forma dinâmica. Os espaços urbanos contêm referências para um determinado grupo social, e são formados por valores simbólicos que remetem às diferentes histórias, memórias e identidades locais. Na sua dinâmica, a memória atua como um quadro de referências que permite aos indivíduos perceberem nos marcos citadinos, nas cores, nos cheiros, texturas, na arquitetura e na paisagem urbana elementos construtores e constituintes de uma trama social comum, de uma história coletiva, cujos ecos de um passado e de uma cultura compartilhada formam a memória social, e tem ressonância nas redes de relacionamento, e nas vivências cotidianas de cada indivíduo em particular.

Enquanto materialização do urbano, os centros históricos resultam de um tipo particular de percepção e apropriação do espaço, sendo constituídos por formas de organização social, territorialidades, comunicação grupal e laços de solidariedade comunitária específicos, ligando os indivíduos a um passado ou origem comum. São espaços evocadores da historicidade e do desenvolvimento comunitário, em suas múltiplas dimensões, nos quais se descortinam as vozes, os silêncios, as experiências e os conflitos que eternizaram gerações e permanecem vivos nas subjetividades e nas práticas cotidianas dos seus habitantes que os (re) constroem permanentemente. Nas palavras de Montero Graniela (2021, p.195):



Los Centros Históricos son espacios medulares de las ciudades contemporáneas, que deben ser valorados no solo por ser contenedores de orígenes, vivencias, tradiciones e identidades locales, sino por su capacidad de adaptación a nuevas costumbres, tecnologías y economías —sin que esto implique perder su esencia - y por su interés en enseñar lo que debe ser enseñado a quienes los ocupan y disfrutan.

Os núcleos históricos iniciais das cidades são representativos de um contexto socioespacial e temporal específico, abrigando construções de grupos economicamente privilegiados; ao passarem por processos de opulência e decadência econômica, ocorreu a perda das suas funções econômicas, sociais, políticas e culturais, o que provocou, em muitos casos, o abandono destes locais por parte das elites e, conseqüentemente, situações de decadência e de degradação.

Na década de 1960, as novas concepções acerca de monumento histórico e documento, bem como as contribuições dos estudos culturais, possibilitaram avanços significativos no campo das políticas patrimoniais. Tendo em vista a importância que a cultura adquiriu como estratégia de desenvolvimento, dos processos de globalização, da reivindicação do direito à memória e da valorização dos patrimônios intangíveis, os centros históricos foram redescobertos e novas estratégias de valorização e conservação do patrimônio cultural foram sendo legitimadas pelo Estado, inicialmente com o tombamento. O reconhecimento dos centros históricos como locais de diversas sociabilidades, que abrigam importantes manifestações culturais, passou a ganhar notoriedade, ampliando-se também as propostas de novos usos e funções, associadas à valorização econômica agenciada pelo turismo.

Ao longo dos processos históricos e sociais, as experiências nacionais e internacionais revelaram as diferentes concepções, diretrizes e práticas de preservação dos centros históricos, com vistas a promover a sua salvaguarda, proteção, conscientização e valorização, conforme explicam Pellicciotta e Solha (2016). As cartas patrimoniais, a exemplo da Carta de Atenas, da Carta de Veneza e da Carta de Nairóbi (IPHAN, 2004)⁴, são sinalizadoras de uma nova concepção sobre monumento e sobre a preservação arquitetônica, a qual passa a contemplar não apenas o monumento isolado, mas o seu entorno, ressaltando ainda a dimensão imaterial dos centros históricos – as práticas sociais, econômicas e culturais que eles abrigam – bem como a sua dinamicidade.

Neste cenário, os tecidos urbanos considerados decadentes poderiam ser revigorados, dinamizando a oferta de renda e emprego no sentido de criar uma fonte de recursos adicionais para as cidades, além de integrarem as estratégias de valorização da identidade do lugar. A partir dos anos 1990, os planos, programas e projetos estratégicos ocasionaram a valorização das áreas degradadas como alternativas para dinamizar a economia e elevar a qualidade de vida das populações.

Associado à globalização econômica e às novas tecnologias da informação e comunicação, o aumento da competitividade entre as cidades resultou também na transformação de bairros culturais e dos espaços patrimonializados em territórios ou polos de entretenimento, ócio, lazer e de consumo cultural.

⁴De acordo com Kuhl (2010, p.287), as cartas patrimoniais são “documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Constituem base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação”.



A ECONOMIA CRIATIVA E O TURISMO CULTURAL NOS CENTROS HISTÓRICOS

O conceito de economia criativa começou a ser formulado em países como Austrália e Reino Unido, adquirindo notoriedade no final dos anos 1990. De acordo com Machado (2009), a emergência da categoria economia criativa⁵ situa-se no contexto das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, dos efeitos dos processos de globalização na construção e reconstrução das identidades, dos debates em torno da diversidade cultural e da necessidade de novas matrizes analíticas visando ao aprofundamento da relação indivíduo/sociedade. Nessa perspectiva, os bens de consumo, por exemplo, estabelecem e mantêm relações sociais, sendo importantes nas práticas de sociabilidade e como referenciais na construção e reforço das identidades.

Observa-se a relação intrínseca entre cultura, economia e desenvolvimento, a qual ganhou ênfase ao longo do final do século XX. A cultura agrega valor à produção material e, paralelamente, as atividades culturais envolvem processos de produção, circulação e distribuição de produtos e serviços que se tornam fonte de dinamização econômica, captação de negócios e investimentos, além de proporcionarem a elevação da qualidade de vida para os segmentos populares.

Os setores criativos se alicerçam no conhecimento, na inovação, na tecnologia e na cultura para a produção de bens e atividades que envolvem recursos intangíveis, tais como o capital humano, redes organizacionais, marcas, patentes, pesquisa e desenvolvimento; associam-se a eles o valor simbólico e a diversidade cultural. A economia criativa contribui para o processo de ressignificação dos usos do patrimônio edificado mediante a implantação de equipamentos culturais e do estímulo às atividades artísticas que promovem significados e relações de pertencimento dos moradores em relação à cidade.

Compartilhando desse entendimento, Auzier e Cruz (2012) argumentam que a sustentabilidade, a melhoria do bem-estar e a inclusão econômica são alguns dos pressupostos básicos da economia criativa, sendo entendidos como uma estratégia de desenvolvimento baseada nos saberes e fazeres culturais que agregam valor mercadológico, na utilização de tecnologias e na emergência de novos modelos de negócios e processos organizacionais centrados em uma vertente humanística.

A economia criativa surge como alternativa para o revigoreamento social, econômico e cultural de áreas tombadas como patrimônio, articulando a cultura e a economia na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico de base local. Na perspectiva de Montero Graniela (2021, p.196), o fomento à economia criativa em centros históricos “[...] supone una mejora relevante en la economía y la calidad de vida local. El arte y la cultura potencian los componentes de identidad al conectar las personas con su entorno urbano; entenderlo y valorarlo compromete en su preservación y evolución futura”. A relação entre a economia criativa e as áreas históricas sinaliza a possibilidade de captação de investimentos e de negócios, além de atrair os turistas como público consumidor da oferta cultural disponibilizada.

O turismo é um fenômeno social complexo, atravessado por dimensões espaciais, culturais, econômicas e políticas, que modifica a dinâmica socioespacial, econômica e

⁵ O conceito de economia criativa ainda não está suficientemente demarcado na literatura, sendo apontado recorrentemente como sinônimo da economia da cultura. Neste sentido, Pozzer (2023) esclarece que a economia criativa se caracteriza por gerar propriedade intelectual, cujos bens e serviços se dão a partir da interseção entre artes, negócios e tecnologia.



cultural das comunidades onde se desenvolve. Independente da sua forma de materialização, os turistas carregam o desejo de conhecer e vivenciar as tradições culturais, expressas por meio de trocas materiais e simbólicas entre os visitantes e os residentes. Segundo Crouch, 2007, p. 117), “[...] a partir de uma perspectiva da prática, o turismo é um encontro. Um encontro entre pessoas, pessoas e espaço, no meio de pessoas [...] que engendra expectativas, desejos, contextos e representações, imaginação e sentimento”.

As paisagens, tradições, visões de mundo, religiosidade, bem como as práticas culturais tornam-se elementos diferenciadores do cotidiano, estimulando a visitação turística. O turismo redefine os usos do patrimônio, agenciando histórias, memórias e tradições por intermédio de produtos, roteiros, serviços de apoio, equipamentos de alimentação, espaços culturais e museológicos, além de ampliar os conhecimentos sobre a diversidade de formas de expressão cultural de uma sociedade.

A dinâmica do turismo cultural nos centros históricos dialoga ainda com a percepção de perda iminente do passado e, conseqüentemente, com a necessidade ou urgência de recuperá-lo por meio dos lugares de memória, no sentido proposto por Le Goff (1996). Esta memória é atualizada e estimula o interesse dos visitantes/turistas culturais em conhecer os elementos culturais que marcam a trajetória de uma comunidade.

Nesse processo, destaca-se ainda a interpretação do patrimônio cultural a partir do viés da educação e da promoção de experiências significativas aos visitantes, com reflexos positivos na qualidade de vida local. No entanto, é oportuno situar os tensionamentos que ocorrem na interface entre turismo e patrimônio cultural, particularmente no que tange aos conflitos existentes entre os usos cotidianos e os usos turísticos dos espaços transformados em atrações turísticas.

Em determinados contextos, a relação entre turismo e patrimônio cultural revela-se de modo controverso ou contraditório, sobretudo no que se refere à mercadorização do patrimônio cultural como bem de consumo turístico e a revitalização de espaços para atender exclusivamente aos interesses empresariais, ocasionando a formação de paisagens espetacularizadas (Leite, 2010).

Pautadas em um discurso de recuperação de bairros, áreas e zonas degradadas como estratégia de desenvolvimento urbano e inserção social, as propostas de revitalização de áreas patrimoniais, por meio da economia criativa e do turismo que foram adotados nos países considerados subdesenvolvidos, atendem, a partir do final da década de 80, ao anseio neoliberal, escapando aos benefícios e oportunidades sociais de forma igualitária para as comunidades que vivem nos espaços urbanos e para além deles.

Nas últimas décadas, muitas cidades históricas brasileiras têm passado por processos de transformação dos seus significados, considerando a apropriação cultural do espaço urbano pelos fluxos de capitais, resultando muitas vezes em uma esteticização do passado (Proença, 2010; Salles, 2022). Este processo está pautado em uma nova racionalidade: a de transformar o patrimônio cultural em mercadoria ou bem de consumo turístico e cultural, por meio da construção de efeitos de sentido relacionados à necessidade de preservação.

Decorre dessa valorização implicações no que se refere à transformação do patrimônio-referência em patrimônio-recurso (Arantes, 1997), ou seja, a distinção que se opera entre o valor de uso do patrimônio e o seu valor de troca. Segundo o autor, na denominada “economia simbólica do patrimônio”, ocorre uma distinção entre o valor do bem patrimonial enquanto símbolo, isto é, como o conjunto de referências e sentidos



enraizados na vida coletiva, e enquanto alegoria, vinculado ao prazer estético e lúdico proporcionado pelo turismo.

Essa realocação da cultura, conforme aponta Leite (2005), consiste em uma das formas de expressão mais nítida das práticas de gentrificação, nas quais as tradições são reelaboradas e dialogam em estado alterado com os processos e/ou produtos do mercado simbólico de bens culturais. Consequentemente ocorre uma redução do seu valor cultural em detrimento do seu valor econômico, caracterizando o que o autor denomina “fetichização” da cultura.

Seguindo este entendimento, Costa, Seixas e Oliveira (2009) acentuam que os bairros criativos de diversas cidades europeias começaram, ao fim de um determinado período, a sofrer pressões de localização em razão do aumento do seu capital simbólico, afirmando-se, paulatinamente, uma tendência gentrificadora ou de aumento da segregação socioeconômica. Marinho (2015) corrobora com esta constatação ao argumentar que a transformação do patrimônio em mercadoria cultural pode desencadear ambiguidades à medida que, por um lado, diversifica e potencializa as formas de interação, mas, por outro lado, não promove sociabilidades duradouras – os laços sociais existentes nesses lugares “transformados” se tornam por demais efêmeros.

Um exemplo que ilustra o processo de enobrecimento, do qual trata Leite (2005), foram as intervenções urbanas realizadas em núcleos históricos patrimonializados como Recife (PE) e Salvador (BA), tal como apontam Cifelli e Peixoto (2012). Estas atenderam à lógica comercial, ao tempo em que conferiram maior realce ou visibilidade às referências materiais e intangíveis presentes nesses espaços, o que resultou em uma incongruência entre a atividade turística e o desenvolvimento local.

Os investimentos públicos realizados no Pelourinho, de um lado, transformaram-no em mercadoria representativa de uma dada memória, comercializada como polo de atração turística; e do outro, omitiram-se as contradições sociais inerentes à mercantilização patrimonial. O processo de exclusão da população e a sua realocação para outros locais reduziram a possibilidade de ganhos financeiros e benefícios sociais decorrentes do processo de turistificação daquele espaço.

A memória surge como campo de disputas, embates e conflitos entre os diferentes grupos sociais, tendo em vista a necessidade de legitimar uma dada concepção sobre um fato ou acontecimento, impondo, muitas vezes, uma narrativa histórica. Nesse sentido, o patrimônio cultural, enquanto processo, exterioriza os conflitos e as tensões que operam ao nível simbólico entre as classes sociais pela afirmação de uma memória oficial.

A partir do exposto, ocorrem processos de segregação espacial e a demarcação de áreas para o deleite ou desfrute de determinados grupos sociais. Além da valorização do aspecto visual e estético dos bairros e zonas que se requalificaram como espaços turísticos, fenômeno denominado de gentrificação ou enobrecimento, destaca-se o aumento da especulação imobiliária como parte integrante desse processo.

Na esteira dessa reflexão, Ramos (2019) discute os entraves da reabilitação do centro histórico de Penedo, Alagoas, abordando o processo de ativação patrimonial como estratégia que compatibiliza os usos turísticos e a sustentabilidade do patrimônio cultural por meio da conjugação de esforços entre a gestão pública e a comunidade local. Conforme a autora demonstra, a interpretação dos bens patrimoniais consiste em uma estratégia de desvelamento dos significados do patrimônio cultural de modo a estimular atitudes conservacionistas. O planejamento interpretativo e integrado do patrimônio cultural é capaz de promover os sentimentos de pertencimento da comunidade e



vivências significativas aos turistas, ampliando as possibilidades de um desenvolvimento sustentado a longo prazo.

A atividade turística é uma importante ferramenta de desenvolvimento de uma localidade, desde que atrelada ao planejamento e a condução de projetos que permitam o protagonismo das comunidades e a geração de benefícios econômicos, sociais e culturais, preservando a dinâmica cultural, a memória e o patrimônio cultural. Nessa direção, situa-se o centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão, cujo núcleo inicial a partir do qual a cidade se desenvolveu guarda reminiscências do período colonial, expresso nos bens materiais e imateriais que compõem o seu patrimônio.

O cotidiano e as práticas socioculturais tradicionais formam um elenco diversificado cercado de particularidades, tradições e representações simbólicas, constitutivas de traço comum de sociabilidade, os quais vêm ganhando notoriedade e sendo alvo de políticas culturais estaduais e municipais, em articulação com a iniciativa privada, com vistas à conservação do patrimônio cultural associada ao turismo.

DA CIDADE PATRIMÔNIO À CIDADE CRIATIVA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA)

Com uma área de aproximadamente 220 hectares, o centro histórico se localiza no noroeste da Ilha de São Luís, no platô fronteiro à foz dos rios Anil e Bacanga. A sua formação data do primeiro quartel do século XVII e das construções que foram sendo edificadas a partir da expansão urbana da cidade no decorrer dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Atualmente, o Centro Histórico é formado por onze bairros: Praia Grande, Desterro, Centro, Madre-Deus, Goiabal, Lira, Apicum, Coreia, Vila Passos, Fabril, Diamante e Camboa, inseridos em zonas de preservação em nível federal e estadual (Maranhão, 1998). O conjunto tombado é formado por cerca de 5.607 imóveis, sendo 978, localizados nos 60 hectares da área de proteção federal e 4.629 imóveis na área de proteção estadual com 160 hectares (Andrès, 2006).

Conforme aponta Mendes (2020, p. 12538), “A Área Central de São Luís, considerada o núcleo original da cidade, [...] tinha sua base econômica ligada com as atividades desenvolvidas no Porto da Praia Grande, e seguindo as mudanças da política nacional foi perdendo importância econômica e social, sendo abandonada pela elite ludovicense e pelo Poder Público ao longo do século XX”. A decadência da lavoura escravista e o surgimento de um incipiente parque fabril maranhense foram alguns fatores determinantes para que a opulência característica desta área amainasse resultando, já nos séculos XIX e XX, no processo de abandono e descentralização geográfica desse local, não permitindo uma “renovação urbana”, o que resultou na preservação do conjunto arquitetônico (Figura 1).

Figura 1- Vista aérea do centro histórico e dos casarões da Rua do Giz.



Fonte: IPHAN (2019).

A área abrange um conjunto arquitetônico remanescente dos séculos XVIII e XIX com destaque para os sobrados de fachadas revestidas em azulejos portugueses, símbolo da participação do Estado do Maranhão na produção econômica do Brasil como um dos grandes exportadores de arroz, algodão e matérias-primas regionais. São Luís era considerada a quarta cidade mais próspera do Brasil, ao lado de Salvador, Recife e Rio de Janeiro (Mendes, Sousa & Marques, 2015).

No final da década de 1970, iniciou-se o conjunto de intervenções em prol da revitalização da área, com o objetivo de promover e valorizar o patrimônio cultural de forma sustentável. O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH/SL), denominado Projeto Praia Grande, iniciou suas atividades em 1980, dividido em Programas e Subprogramas. A sua operacionalização ocorreu por meio de fases ou etapas e contemplou de forma majoritária a reforma de imóveis, obras de pavimentação, calçamento e incentivo à ocupação dos casarões coloniais pelos órgãos da administração pública. Além dos objetivos de conservação e revitalização, destacam-se objetivos econômicos como, por exemplo, o impulso à reativação do comércio e o fomento da atividade turística e do setor cultural, através da implantação de equipamentos culturais e a valorização das manifestações culturais (Andrès, 2006; Guedes, 2001).

A incorporação de determinados marcos simbólicos da ocupação de São Luís à vida contemporânea contribuiu para a inclusão da cidade na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela UNESCO, em dezembro de 1997. A inclusão de São Luís na lista das cidades-patrimônio segue a conceituação atual de patrimônio, uma vez que não somente a arquitetura, mas outros elementos permitiram à capital tornar-se Patrimônio Cultural da Humanidade. Dentre eles destacaram-se:

- Testemunho excepcional de tradição cultural;
- Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana;
- Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época.

A chancela de cidade patrimônio cultural da humanidade contribuiu para o aumento dos investimentos no centro histórico, como por exemplo, destacam-se a inclusão de São Luís no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC- cidades históricas) e no Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades). O processo de



valorização da área patrimonial para e pelo turismo vem promovendo um *designer* urbano alicerçado por políticas públicas de estímulo à criatividade e à inovação, seja pelo aproveitamento turístico dos casarões coloniais, formatação de roteiros turísticos baseados na criatividade e nos elementos da cultura imateriais, seja pela promoção de eventos no entorno do conjunto patrimonial, ocupações artísticas dos casarões por empresas, coletivos e produtores culturais, além da implantação de equipamentos turísticos, de lazer e entretenimento voltados para o atendimento das demandas dos turistas e da comunidade local

Ressalta-se que durante o Carnaval e o São João, as ruas, praças, becos e escadarias do centro histórico transformam-se em locais de convergência de personagens da cultura popular local: fofões, blocos de ruas, grupos de tambor de crioula, batalhões de bumba-meu-boi conferem um ritmo festivo aos casarões coloniais. Essas festividades populares, com suas cores, brilhos, sons, ritmos e sonoridade se entrelaçam aos sabores de uma economia informal que toma forma nas barracas de comidas típicas que se avolumam nesses locais, o que contribui para dinamizar os espaços cotidianos, ao tempo em que gera benefícios econômicos.

Tal como ocorreu em outras cidades brasileiras que sofreram processo de revitalização, a exemplo dos centros históricos de Salvador (BA) e Recife (PE), as políticas patrimoniais que possibilitaram a reconfiguração do centro histórico de São Luís alinham-se às novas demandas de formatação e consumo das produções culturais, sob a égide de um modo de produção globalizado, o qual recompõe os lugares onde podem ser vivenciadas novas formas de representação do patrimônio cultural.

Tendo em vista que os “patrimônios são constituídos a partir de processos de produção, apropriação, seleção e reelaboração simbólicas enquanto práticas sociais” (Fonseca, 1997, p. 28), a nova configuração do centro histórico de São Luís é resultado tanto das relações entre os moradores e o espaço urbano da cidade: suas formas, conteúdos e funções sociais, quanto das intervenções governamentais que forjaram uma determinada imagem do lugar.

Esta imagem é disseminada com vistas a obter investimentos para a conservação e manutenção do acervo e atrair consumidores por meio das atividades de lazer e do turismo. O processo de gentrificação ganhou contornos especialmente no bairro da Praia Grande, principal atrativo turístico da área, o que reforça o argumento de Leite (2005) de que a inserção da cultura no mercado de consumo opera como indutor da retraditionalização, tendo em vista menos a valorização das culturas locais do que a construção de uma legitimidade política.

O centro histórico se apresenta como lugar de articulações entre os órgãos públicos e privados, os quais evidenciam as relações entre centralidade/marginalidade, inclusão/exclusão. No processo de gentrificação evidenciam-se, por exemplo, o embelezamento das fachadas, a higienização do local e o remanejamento dos moradores tradicionais para os bairros mais afastados, efeitos recorrentes nas áreas que sofreram ações de revitalização (Arantes, 1997; Ramos, 2019, Salles, 2022).

Acompanhando os debates e os discursos em torno da criatividade e da inovação como pressupostos de um novo paradigma para o planejamento e a gestão urbana, o Governo do Estado do Maranhão instituiu o programa Nosso Centro por meio do Decreto nº 34.959 de 26 de junho de 2019. Vinculado à Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), o programa possui objetivos atrelados à renovação urbana, turismo e desenvolvimento sustentável, estruturando-se em torno das seguintes estratégias: a) interligação de polos vocacionais; b) redução dos vazios urbanos e aproveitamento de estruturas ociosas, públicas ou privadas; c) incentivo à habitação,



atividades comerciais e culturais como base de sustentabilidade local e d) articulação de recursos de diversas origens (setor público e privado e fontes internacionais) para recuperação e uso do patrimônio e e) parcerias do setor público com a iniciativa privada local e a sociedade civil (Maranhão, 2019).

A partir dessas estratégias, o programa define o centro histórico em polos vocacionais: Institucional, Habitacional, Tecnológico, Cultural, Turístico e de Lazer e Comercial e Gastronômico. Neste trabalho, enfatizam-se os polos Cultural, Turístico e de Lazer e o polo Comercial e Gastronômico, por estarem diretamente relacionados às políticas de economia criativa. Dentre as ações estratégicas desenvolvidas, destacam-se o apoio a empreendimentos culturais, comerciais e gastronômicos, a implantação de roteiros turísticos autoguiados, a formalização e apoio a grupos culturais tradicionais, fomento a eventos culturais como o Carnaval, o São João, festivais de música e manifestações culturais como o reggae (Quadro 1):

Quadro 1- Ações estratégicas do polo Cultural, Turístico e de Lazer

<p>A expansão do Programa Cores da Cidade; A realização do Natal do Maranhão; A realização de eventos culturais periódicos; A realização do Carnaval do Maranhão no Centro Histórico incluindo o Circuito Beira Mar; A ampliação do São João do Maranhão no Centro Histórico; A realização de intervenções artísticas visuais em diferentes pontos do Centro; A requalificação do Complexo da RFFSA; A implantação de roteiros históricos temáticos para prédios e logradouros históricos; O fomento à implantação de empreendimentos culturais e gastronômicos; A formalização de grupos culturais tradicionais e o fomento de suas atividades; A criação do Centro Cultural do Desterro, em imóvel remanescente da antiga OLEAMA; A continuidade de eventos ligados à disseminação de movimentos musicais de reggae, a partir do Museu do Reggae; O incentivo à visitação gratuita ao Palácio dos Leões e museus situados no Centro Histórico; A estruturação do Parque do Bacanga; O apoio às pesquisas sobre o Centro Histórico a partir da concessão de bolsas de pesquisas.</p>

Fonte: Elaborado a partir do portfólio do Programa Nosso Centro (2023).

As ações propostas vão ao encontro do entendimento de que a economia criativa atrelada ao turismo enriquece e dinamiza a paisagem urbana dos centros históricos, em uma perspectiva transversal entre os diferentes setores – artesanato, designer, artes visuais, tecnologia, arquitetura, entre outros – além de integrar o cotidiano dessas áreas à cidade de modo mais amplo. A relação entre os turistas e o patrimônio cultural, os produtos e serviços criativos, tais como roteiros temáticos, centros culturais, festivais, negócios comunitários nas áreas da gastronomia e do artesanato torna a experiência turística significativa, contrapondo-se aos itinerários massificados ou homogêneos, ao tempo em que valoriza a diversidade cultural. Paralelamente, favorecem os laços de pertencimento dos moradores em relação aos espaços cotidianos, bem como despertam o interesse e aumentam a visibilidade das manifestações identitárias locais.

Com base na análise das diretrizes e ações do Programa Nosso Centro, o discurso em torno da cultura, da criatividade e da inovação no centro histórico de São Luís se alicerçam duas vertentes complementares: de um lado, a perspectiva de promover novos usos e novas sociabilidades ao patrimônio cultural; e do outro, o imperativo de fomentar as práticas turísticas como fator de atração de novos negócios. O objetivo do Programa, conforme retratado no portfólio governamental, consiste em: “[...] Tornar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável,

preservando o seu valor histórico e cultural, ao mesmo tempo em que promove o Centro da cidade de São Luís como espaço democrático” (MARANHÃO, 2019, p. 2).

Esta proposição vai ao encontro das assertivas de Leite (2005) sobre os processos de enobrecimento de áreas históricas. A articulação entre tradição e consumo considera os centros históricos como lugares de expressão de uma memória e identidades nacional, regional ou local, e a intervenção é assumida como uma forma de recuperar um espaço urbano como “espaço público” de lazer e entretenimento, voltado para o consumo da população, sobretudo, de uma camada social privilegiada. Acrescenta-se o interesse pelo consumo de signos, imagens e representações manifestado pelos turistas e visitantes (Urry, 2001), reafirmando a ideia de que as áreas enobrecidas atendem também ao imaginário e às expectativas de retorno ao passado e do consumo dos lugares de memória (Le Goff, 1996), presentes na publicidade turística.

Como exemplo das iniciativas de articulação entre a economia criativa e o turismo, o Programa “Adote um Casarão” consiste na concessão governamental, por meio de editais, de casarões abandonados ou subutilizados a empresas e organizações da sociedade civil para desempenharem as suas atividades, o que auxilia na ressignificação dos usos do acervo arquitetônico, promovendo funções institucionais, comerciais e turísticas (Figura 2). Em 2022, 14 imóveis foram contemplados, passando a abrigar sedes de grupos culturais, empresas de arquitetura e urbanismo, equipamentos turísticos, entre outros.

Figura 2- Sede do grupo cultural Mandingueiros do Amanhã.



Fonte: Sítio eletrônico do Governo do Estado do Maranhão (2023).

No âmbito das interações e conexões socioculturais, o espaço criativo é visto como suporte para a inteligência e a criatividade comunitárias, abrigando possibilidades de desenvolvimento de projetos e empreendimentos comunitários baseados na solidariedade, mediante articulações entre os agentes, os setores públicos e privados que ressignificam o patrimônio e dinamizam a economia local (Auzier & Cruz, 2012; Montero Graniela, 2021). A atuação de grupos e coletivos culturais que ocupam os casarões em áreas de interesse turístico do centro histórico transforma os espaços em locais de produção cultural coletiva, autônoma e emancipatória, como bem explicitam Marino e Silva (2019).

Outra iniciativa que contempla a dimensão material e imaterial do patrimônio refere-se ao Museu do Reggae, localizado na Rua da Estrela, e inaugurado no ano de 2018 (Figura 3). Consiste no primeiro museu nacional e o segundo internacional

dedicado a essa manifestação, que ganhou contornos e ritmos particulares no Maranhão ao integrar-se aos elementos culturais locais, tornando a cidade de São Luís conhecida como a “Jamaica Brasileira”. A proposta do museu do reggae dialoga também com a necessidade de propor novos usos e funções aos acervos arquitetônicos, sendo um espaço que comporta uma função social, educativa e turística, ao socializar informações sobre a manifestação cultural, tanto para os moradores, como para potenciais visitantes.

Figura 3 - Museu do Reggae



Fonte: Portal do Governo do Maranhão (2023).

Além da exposição de um acervo que remete à história do reggae no Maranhão, são realizadas oficinas de dança, seminários e cursos. A implantação de museus e centros culturais insere-se em uma política cultural mais ampla, vinculada às noções contemporâneas em torno do patrimônio cultural, sobretudo no que se refere à necessidade de propor ações em prol da salvaguarda das práticas culturais populares, as quais eram, até recentemente, alijadas dos processos de patrimonialização.

O fomento à economia criativa visa desenvolver uma localidade ou configurar uma ação estratégica no redesenho urbano, expressa por meio de políticas públicas e pela criação de espaços de integração (Closs & Rocha-de-Oliveira, 2017). Este redesenho urbano também é alicerçado por meio de eventos criativos, os quais contribuem para promover uma imagem positiva da cidade, ampliar a percepção dos moradores e incentivar o envolvimento e coesão da comunidade (Finkel, 2013; Finkel, Fiorentino, 2019 & Platt, 2020).

A busca pela valorização da diversidade cultural também constitui eixo norteador das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Turismo (SETUR). Destaca-se a realização de roteiros temáticos, exemplo do “tour histórico e gastronômico”, “roteiro São Luís Criativa”, “roteiro do reggae” e o city tour “segredos históricos” (Figura 4), os quais configuram uma estratégia de fortalecimento e de valorização do patrimônio cultural local, além de propor um produto turístico que diversifica as opções de lazer e entretenimento no centro histórico.

Figura 4- Roteiro São Luís Criativa



Fonte: Portal da Prefeitura de São Luís (2023).

Outra iniciativa relevante desenvolvida pela SETUR refere-se ao “Sarau Histórico” (Figura 5), caracterizado como um teatro urbano no qual são realizadas encenações sobre a história da cidade por companhias de teatro, nas áreas livres do centro histórico, como a praça João Lisboa, praça do Panteon e o Largo do Carmo. Silva e Paiva (2021) assinalam que as performances artísticas operam transformações nas formas de sociabilidade e na apropriação dos espaços urbanos, moldando ritmos e as relações sociais preexistentes; paralelamente, promovem a convivialidade e a inclusão, embora de forma liminar.

Figura 5- Sarau Histórico



Fonte: Portal da Prefeitura de São Luís (2023).

No entanto, ao analisar as práticas artísticas na cidade de Lisboa, os referidos autores observam a existência de conflitos envolvendo os empresários do setor turístico que competem na promoção de experiências culturais. Em consequência, advém uma série de situações de disputa espacial e simbólica entre estes agentes sociais no espaço turistificado. Esta discussão auxilia no debate acerca da interface entre as atividades



desenvolvidas pelos membros das ocupações culturais e a iniciativa privada que atuam nas áreas de maior interesse turístico do centro histórico de São Luís.

Sobre esta questão, Santos (2019) apresenta percepções críticas sobre as estratégias de revitalização do centro histórico de São Luís. Como exemplo, o referido autor aponta que as criações artístico-culturais promovidas por coletivos, apesar de serem contempladas por editais de apoio da Secretaria Estadual de Cultura e Turismo (SECTUR), ainda não são alvo de políticas culturais sistemáticas.

O autor indica ainda que as políticas culturais locais expressam uma tendência para a criação de espaços museológicos e a restauração de imóveis destinados aos usos comerciais e empresariais, desconsiderando “[...] as demandas de moradia e equipamentos públicos de cultura necessários às demandas da população que habita o local” (Santos, 2019, p.103). Tal preocupação vai ao encontro das análises de Cerqueira (2017, p. 5), que constata o uso instrumental da cultura para fins políticos, ressaltando a ausência de ações destinadas à sua profissionalização, tais como a criação de espaços culturais autônomos, de uma rede para o ensino, intercâmbio e realização de projetos culturais, ou à realização de uma agenda anual de eventos.

Neste ínterim, De la Iglesia (2016) adverte que a sociedade e os setores criativos prescindem de práticas que os aproximem da realidade cotidiana, a fim de que haja cooperação, co-criação e descobertas que humanizem, emocionem e impulsionem o espírito crítico e a criatividade. A articulação entre a economia criativa e o turismo em centros históricos implica a adoção de estratégias no sentido de priorizar as especificidades do acervo arquitetônico, refuncionalizando-o por meio de ações que favoreçam o seu aproveitamento sustentável a partir das demandas comunitárias.

A participação e o envolvimento da população local nas propostas de revitalização do patrimônio cultural também é outra dimensão assinalada, com destaque para uma gestão que propicie a valorização do patrimônio cultural por meio de ações socioeducativas e inclusivas e ressaltem a sua importância como suporte da memória e das identidades locais. Ressalva-se ainda o imperativo de estabelecer limites em relação aos impactos ocasionados pela atividade turística nos espaços urbanos.

Observou-se que as ações voltadas à educação patrimonial não são contempladas nas atividades estratégicas dos polos analisados, embora algumas iniciativas pontuais sejam desenvolvidas, sobretudo, no âmbito municipal, através da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH). Entende-se a necessidade de desenvolver projetos socioeducativos nos espaços formais e informais de aprendizagem com vistas a estimular o sentido de pertencimento ao lugar e a valorização do patrimônio.

No processo de revitalização das áreas históricas, a associação entre a economia criativa e o turismo implica a efetivação de projetos sustentáveis que sejam capazes de conservar o patrimônio cultural como suporte de memória e identidade e ampliar a percepção dos moradores sobre a cidade enquanto organismo multissetorial e dinâmico. Uma noção de uso que recupere os sentidos atribuídos pela sociedade aos bens culturais deveria, conforme advoga Leite (2005), conciliar o “valor efetivo”, que recupera o sentido de “pertença” dos indivíduos, e o “valor pragmático”, que implica o uso qualificado dos bens sem operar qualquer redução a um único uso específico.

As articulações comunitárias sob a forma de coletivos, associações culturais, empreendimentos de economia criativa reivindicam novos usos e ocupações no centro histórico da cidade como estratégias que visam atender às suas demandas sociais básicas de qualidade de vida, segurança, mobilidade, habitabilidade urbana e valorização da diversidade cultural. Essas formas de organização e mobilização populares são egressas do território e não substituem a ação do mercado, mas sobrepõe-



se a ela, constituindo-se numa estratégia de reação orgânica aos processo de espetacularização do patrimônio local e de valorização da memória e das identidades locais.

Desse modo, a gestão e a organização das ofertas de turismo cultural pressupõem articulações entre os governos e as energias e sinergias comunitárias, as quais favorecem vínculos solidários, com vistas a ofertar atrações turísticas baseadas nas especificidades locais: história, oralidade, religiosidade, gastronomia, entre outras. Desse modo, o turismo ressignifica as culturas na perspectiva de viabilização de projetos de transformação local.

Com base na investigação empreendida, constatou-se que o processo de desenvolvimento do setor criativo no centro histórico de São Luís converge para o modelo *top-down*, no qual o Estado apresenta-se como protagonista das ações de estímulo aos setores criativos. O local apresenta algumas ações de estímulo aos setores criativos, a exemplo de roteiros turísticos temáticos, refuncionalização de casarões e promoção de eventos culturais, o que leva a afirmar que a área dispõe de atratividade para fortalecer os setores culturais e promover ações compartilhadas de valorização dos saberes e fazeres tradicionais como elementos da memória e da identidade cultural local e como vias para o desenvolvimento local e turístico responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, a articulação entre o patrimônio cultural e a economia criativa tem alicerçado estratégias de regeneração urbana, mediante a valorização dos bens materiais e imateriais das comunidades, articulada à criatividade, conhecimento, tecnologia e inovação. As práticas culturais tradicionais conferem visibilidade aos agentes culturais e geram oportunidades para elevar a sua qualidade de vida, inserindo-os na denominada economia criativa.

Ao longo deste artigo, propôs-se uma discussão acerca das políticas culturais de estímulo aos setores criativos na cidade de São Luís, Maranhão, tendo como recorte espacial o centro histórico, em face da sua relevância em termos de manutenção do acervo arquitetônico e *locus* agregador de práticas populares tradicionais. Diante da pesquisa bibliográfica e documental, o estudo trouxe alguns apontamentos sobre a relação entre economia criativa em áreas patrimonializadas no sentido de contribuir para o avanço dos debates teóricos em torno da temática.

Considerando a investigação realizada, observou-se que a economia criativa é reconhecida como uma importante estratégia no atual cenário de revitalização do centro histórico de São Luís, conforme apregoado nas diretrizes contidas no âmbito do Programa Nosso Centro e nas ações identificadas. No entanto, há a necessidade de uma maior convergência de ações entre as políticas estaduais e municipais, visando a dotar o centro histórico de condições de infraestrutura e de iniciativas sistemáticas que conduzam à criação de um território criativo.

Nesse contexto, sinalizam-se algumas problemáticas que podem ser alvo de futuras pesquisas, a saber: a mensuração do impacto das ações culturais nos setores criativos; as percepções dos agentes culturais sobre a efetividade e eficácia das políticas culturais; investigações voltadas à identificação das ações de empreendedorismo cultural; o papel da comunidade na estruturação de ações criativas no centro histórico da cidade, bem como a identificação dos impactos das ações governamentais no processo de inclusão/exclusão das populações tradicionais do espaço revitalizado.



REFERÊNCIAS

Andrés, L. P. de C. C. (2006). *Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação integrada*. Pernambuco. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3305/1/arquivo2867_1.pdf

Arantes, A. A. (1997). A guerra dos lugares. Fortuna, C. (Org.). *Cidade, Cultura e Globalização - Ensaios de Sociologia*, Oeiras: Celta Editora.

Auzier, K. da S.; & Cruz, J. G. da. (2012). Economia Criativa, Identidade Cultural e Turismo: um estudo nas Associações de Artesãos de Novo Airão (AM). *VII Seminário de Pesquisa do Mercosul*. Caxias do Sul.

Boneti, L. W. (2018). *Políticas públicas por dentro*. 4. Ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí.

Cerqueira, D. L. (2017). Políticas Públicas de Cultura: ferramentas de apoio ao músico profissional em estados brasileiros. *Revista Sonora*, 12(6). Disponível em: <http://www.sonora.iar.unicamp.br>

Cellard, A. (2008). A análise documental. Poupart, J .et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, pp. 295-316.

Cifelli, G.; & Peixoto, P. (2012). Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIV, pp. 35-54.

Closs, L.; & Rocha de Oliveira, S. (2017). Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. *Cadernos EBAPE.BR*, 2(15), Rio de Janeiro.

Costa, P.; Seixas, J.; & Oliveira, A. R. (2009). Das Cidades Criativas à Criatividade Urbana? *Espaço, Criatividade e Governança na Cidade Contemporânea*. Cabo Verde Redes e Desenvolvimento Regional, pp. 2715- 2746.

Crouch, D. (2007). Práticas e resultados turísticos. Lew, A.; Hall, M.; & Williams, A. (orgs.). *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 111-120.

De La Iglesia, R. (2016). *Competências Criativas*. Belo Horizonte: Gerdau.

Finkel, R. Events and political agendas. (2013). Finkel, R., McGillivray, D., Mcpherson, G.; Robunson, P. (Eds.). *Research themes for events*. Oxford, UK: CABI, pp. 118-128.

Finkel, R.; Platt, L. (2020). Cultural festivals and the city. *Geography Compass*, v. 14.

Fonseca, M. C. L. (2003). Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. Abreu, R.; & Chagas, M. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.



Fonseca, M. C. L. (1997). *Patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN.

Guedes, K. D. (2001). *Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais.

Kuhl, B. M. (2010). Notas sobre a Carta de Veneza. *Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, 18(2), p. 287-320, dez. 2010. Recuperado de <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539/7069>>.

Le Goff, J. (2003). *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, pp. 419-476.

Leite, R. P. (2005). Patrimônio e consumo cultural em áreas enobrecidas. *Sociedade e Cultura*, 8 (2), pp. 79-89.

Machado, R. M. (2009). Da indústria cultural à economia criativa. *Revista ALCEU*, 9 (18), pp. 83-95.

Maranhão. (2019). *Decreto n.º 34.959. Institui o Programa Nosso Centro. São Luís*. Diário Oficial do Estado, Recuperado de www.stc.ma.gov.br. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

Maranhão. (2019). *Portfólio Programa Nosso Centro. São Luís*. Diário Oficial do Estado. Recuperado de: <https://secid.ma.gov.br>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

Marinho, M. A. (2015). Resistências e contra-usos do espaço público frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano – o caso do Largo de Coimbra em Ouro Preto/MG. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo, v. 5, Número Especial, pp. 105-123.

Marino, A.; & Silva, G. (2019). As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal. *Revista Indisciplinar*, 5(1), pp. 342-361.

Mendes, C. S. (2020). Centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão: da degradação a patrimônio cultural da humanidade. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, 6(3), pp. 12537-12556.

Mendes, J. N.; Sousa, I. B. B.; & Marques, A. R. (2015). *A importância da preservação do centro histórico de São Luís do Maranhão como patrimônio cultural da humanidade. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia*. Anais...24 a 30 de junho de 2015, São Luís-MA. Recuperado de www.eng2016.agb.org.br.

Montero Graniela, A. (2021). Economías creativas en centros históricos. *La Habana vieja. Bitácora Urbano Territorial*, 31(II), pp. 189-202. Recuperado de [https://doi.org/10.15446/bitacora.31\(2\).86110](https://doi.org/10.15446/bitacora.31(2).86110).



Pellicciotta, M.; & Solha, K. T. (2016). Turismo e preservação do patrimônio cultural: uma trajetória (pouco conhecida) de interações. *SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA* [35]; João Pessoa, jul./dez, pp. 157-176.

Pesavento, S. J. (2007). Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 27 (53). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf>.

Potts, J. D. (2009). Why creative industries matter to economic evolution. *Economics of Innovation and New Technology*, 18(7-8), 2009, p. 663-673.

Pozzer, M. R. O. (2023). Economia da cultura: conceitos, modelos analíticos e reflexões sobre o Brasil. *Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais*, 6 (1), pp. 128-155.

Proença L, R. (2010), A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (72), pp. 73-88.

Ramos, S. P. (2019). Desafios do planejamento e desenvolvimento do turismo cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo-Alagoas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180075. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180075>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

Santos, D. W. dos. (2019). *Usos da cidade: ocupações artístico-culturais de espaços públicos patrimoniais do Centro Histórico de São Luís*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão.

Silva, E. L. DA.; & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC.

Silva, A. C. N.; & Paiva, D. (2021). A economia urbana e os artistas de rua: performance, mobilidades e conflitos em um espaço público turistificado. *GeoTextos*, 17(1), pp. 129-149.

São Luís. (2019). *Prefeitura promove roteiro turístico São Luís Criativa neste sábado* (4). Recyperado de <https://saoluis.ma.gov.br/setur/noticia/37446/prefeitura-promove-roteiro-turistico-sao-luis-criativa-neste-sabado-4>. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

Urry, J. (2001). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel.



Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 19/03/2024

Aprovado em: 25/05/2024

Received in: March 19, 2024

Approved in: April 25, 2024